



CRT - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

1. AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2018, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a responsabilidade social da Concessionária Rio-Teresópolis S/A.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S/A (CRT) tem como objetivo a administração da Rodovia Santos Dumont, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, concedida pelo poder público federal em 22/11/1995 e regulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua operação teve início em 22/03/1996 e se estenderá até 21/03/2021.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizou a emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais - Classe A. Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, os quais vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas no término do prazo de colocação.

Em 10/06/2003, a CRT - Fundo de Investimento em Participações (FIP) passou a integrar o quadro de acionistas, mediante aquisição de 9.420 ações preferenciais, posteriormente alteradas para 9.526.

Em dezembro de 2010, a INVEPAR sucedeu a OAS na estrutura acionária da CRT.

A rodovia cruza os municípios de Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, que juntos somam uma população de aproximadamente 1,3 milhão (IBGE - Censo 2010).

A via é importante para o escoamento de produtos agrícolas, já que a Região Serrana é a "maior produtora de hortigranjeiros do Estado, em volume, e a maior fornecedora de oleícolas folhosas para as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa - RJ)". Além disso, a rodovia BR-116/RJ tem relevante importância para o fomento do turismo do estado, interligando a Capital e a Região Serrana, que conta com inúmeras belezas naturais e tem como principais atrativos o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), o Parque Estadual dos Três Picos, a sede de treinamento da Seleção Brasileira de Futebol, localizada na Granja Comary, e um desenvolvido turismo rural.

Adicionalmente, no Km 77,2 há o entroncamento com a Rodovia RJ-130 (Teresópolis-Friburgo), que juntamente com a RJ-142 faz parte do circuito turístico Serramar, ligando a Região Serrana à Região dos Lagos.

A rodovia está integrada às demais rodovias estaduais e federais e ao Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, compondo importante eixo estratégico do estado na distribuição de produtos e no fornecimento de serviços para atender o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.

A companhia atualmente opera com três praças de pedágio: a praça principal PN1 localizada no Km 133,5 em Piabetá, e as praças auxiliares PA1, localizada no Km 114,5 em Santo Aleixo, e PA2, localizada no Km 122 em Santa Guilhermina. Também estão em operação os postos de pesagem fixos localizados em Três Córregos (Km 70,9) e em Piabetá (Km 131).

A CRT tem implementado várias iniciativas inéditas no setor de rodovias brasileiras, dentre elas o programa de "Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas da Rodovia BR-116/RJ e seu entorno", que vem sendo desenvolvido desde 2006, em parceria com a COPPE/UFRJ e o INMET, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e a associação destas às condições geológicas. Outra iniciativa é o programa "Fauna Viva", cujo objetivo é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

Em paralelo ao programa de investimentos, a CRT tem implantado e mantido uma gama de serviços voltados para seus usuários, conforme descrito abaixo:

Serviços	Quantidade
Bases Operacionais	4
Câmeras de monitoramento	72
Carros-resgate	3
Estação meteorológica	7
Estação pluviométrica	9
Guinchos	8
Painéis de mensagens variáveis	6
Telefones de emergência (callboxes)	100
UTI - Móvel	1
Viaturas de Inspeção	5

Para coordenar toda esta estrutura de atendimento, a concessionária dispõe da Central de Controle de Operações (Central de Inteligência 24 horas), com supervisor e operadores de tráfego que comandam todos os serviços de apoio aos usuários, além da integração com a Polícia Rodoviária Federal, o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e a Defesa Civil.

A CRT gera 913 empregos diretos, entre funcionários próprios e terceirizados (base dezembro/2018), sendo que a maioria de seus funcionários reside em Magé, Teresópolis, Guapimirim e Duque de Caxias, municípios da região atendidos pela via.

Com a geração de empregos, arrecadação de impostos e melhoria na infraestrutura rodoviária, a CRT contribui para o desenvolvimento da região servida pela rodovia.

Ao longo destes 22 anos de gestão, a CRT, por meio de sua política de Responsabilidade Social, vem aumentando sua participação de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia. Com ações de cunho educativo e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos, a Companhia vem obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados como também dos colaboradores internos e usuários da rodovia.

2.2 Destaques do Ano

Apesar do aumento do PIB de 2018 em relação a 2017, estimado no Boletim Focus de 04/01/2019, em 1,3%, a taxa de desemprego médio de 2018 foi de 12,3%, contra 12,7% de 2017, o que corresponde a cerca de 12,2 milhões de desempregados, afetando diretamente a renda das famílias. Em função da lenta retomada do crescimento econômico e da greve dos caminhoneiros, o número de veículos equivalentes¹ pedagiados apresentou queda de 1,8% em relação a 2017. Como forma de mitigar os efeitos desse impacto, a CRT promoveu grandes esforços para otimizar o uso dos seus recursos, permitindo um fluxo de caixa saudável. A seguir, os destaques de 2018:

- A Greve dos caminhoneiros, cuja paralisação durou 10 dias (de 21 a 30 de maio), bloqueando inúmeras rodovias, causou desabastecimento e prejuízo em vários setores. Como consequência, houve aumento da inflação, queda no varejo e na produção industrial e revisão para baixo na projeção do PIB. O impacto da greve no tráfego pedagiado da CRT foi bastante significativo, registrando uma queda de 51% dos veículos equivalentes pedagiados (-220 mil vep's)², onde a queda nos veículos pesados, atingiu 171 mil vep's (-68%) e 49 mil vep's (-28%) nos veículos leves.
- Em 2018 a CRT deu continuidade ao processo de otimização operacional que possibilitou uma relevante redução de custos no ano e que se estenderá até 2021.
- O juízo da ação do reequilíbrio do contato de concessão (8ª Vara de Brasília) julgou procedente em 22/09/2018 e publicou a decisão em 08/10/2018, o pleito de pagamento de aporte pela UNIAO, como forma de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, que se encontra desequilibrado pela suspensão definitiva das receitas de pedágio das praças de PN2 e PN3 pela ANTT em 2013.
- A agência classificadora de risco, Fitch Ratings, reafirmou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia AAA(bra), com perspectiva estável. Mais detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Rio-Teresópolis S/A. são definidas pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Em setembro/2018, a ANTT concedeu um reajuste da tarifa básica de pedágio de 6,61%. Esse reajuste corresponde a: IPCA do período, ajuste do tráfego real, arredondamento e atraso no reajuste da tarifa em 2017. Com o reajuste concedido, a tarifa básica para veículos de passeio passou para R\$ 18,10 na praça principal e R\$ 12,60 nas praças auxiliares.

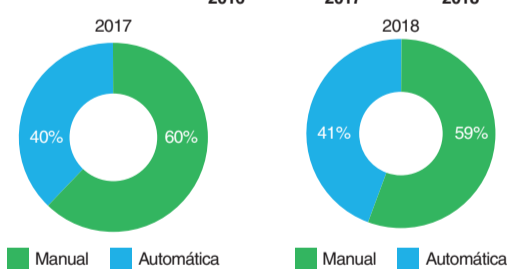
Segundo o índice ABCR³, o movimento nas estradas do país teve queda de 1,9% em relação a 2017, fortemente impactado pela greve dos caminhoneiros em maio/18. Já no Estado do Rio de Janeiro, o índice aponta recuo no tráfego de 2,7% em relação ao ano passado. O fluxo de veículos leves caiu 2,8% e o de pesados 2,2%.

3.2 Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2018	2017	Δ%
Veículos Pagantes	9.087	9.379	-3,1%
Manual	5.339	5.601	-4,7%
Automática	3.749	3.778	-0,8%



A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos - das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais e Veleo - nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O recuo das pistas manuais apresentou queda de 263 mil veículos (-4,7%), assim como o tráfego das pistas automáticas, que apresentou uma redução de 29 mil veículos (-0,8%).



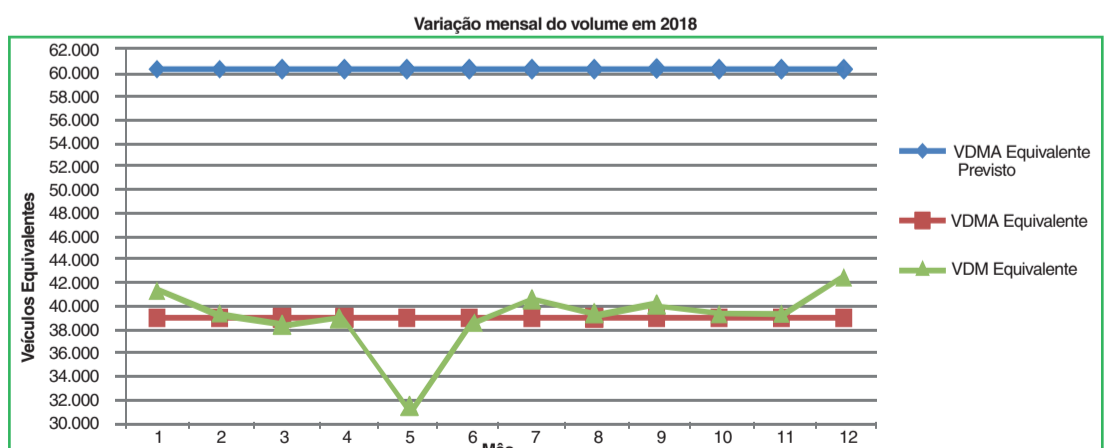
4. INDICADORES OPERACIONAIS

As informações a seguir atendem ao disposto na Resolução da ANTT nº 3847 de 20/06/2012.

4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



O VDMA equivalente realizado está abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, principalmente em função da decisão da ANTT pela suspensão temporária da cobrança de pedágio na praça de Três Córregos (PN2), ocorrida em setembro de 2009, e pela não implantação da praça de pedágio PN3 no Km 14.

Tráfego Pedagiado em 2018

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS				
Categoria	Tipo de Veículo	Eixos	Rodagem	Quant.
1	automóvel, caminhonete e furgão	2	simples	6.474.254
2	caminhão leve, ônibus, caminhão-tractor e furgão	2	dupla	1.302.109
3	automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque	3	simples	16.478
4	caminhão, caminhão-tractor, caminhão-tractor com semi-reboque e ônibus	3	dupla	414.628
5	automóvel com reboque e caminhonete com reboque	4	simples	3.665
6	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	4	dupla	268.400
7	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	5	dupla	204.593
8	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	6	dupla	209.274
9	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	7	dupla	40.364
10	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	8	dupla	1.206
11	motocicletas, motonetas e bicicletas a motor	2	simples	127.259
Especial	caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque	10 +	dupla	25.023
Total				9.087.253

¹ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

² Veículos equivalentes pedagiados.

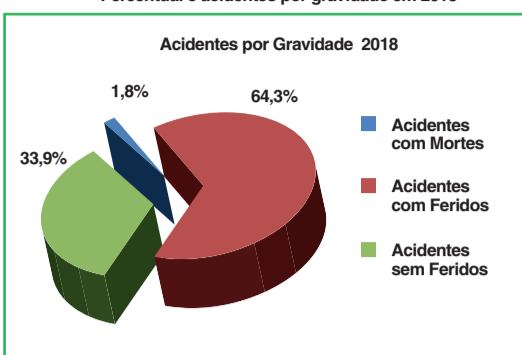
³ ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovia

4.2 Segurança no Trânsito

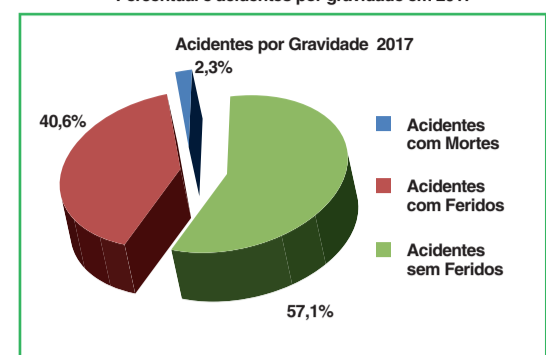
4.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e total de pessoas envolvidas em 2018 e 2017.

Percentual e acidentes por gravidade em 2018

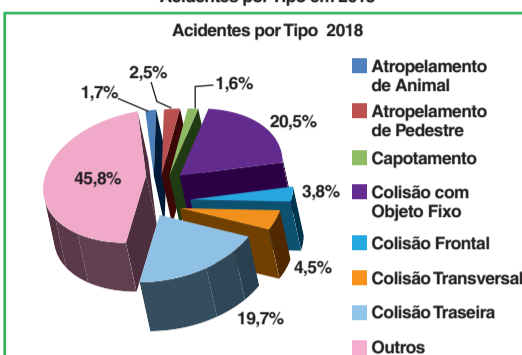


Percentual e acidentes por gravidade em 2017

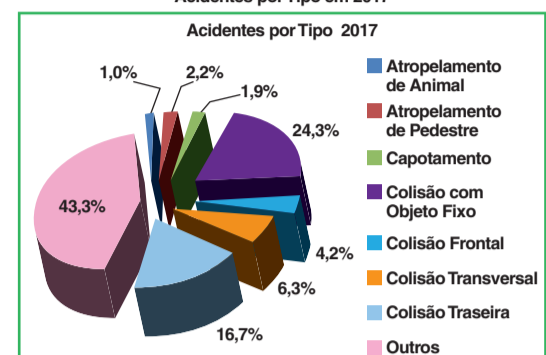


O gráfico apresenta o valor percentual dos principais tipos detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidentes por Tipo em 2018



Acidentes por Tipo em 2017



4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2018. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão		
Tipo de Veículos	Quantidade	Quantidade/100 Km
Viatura de Inspeção	5	4
Guincho Leve	5	4
Guincho Pesado	1	1
Guincho Super Pesado	2	1
Carro Resgate	3	2
Ambulância Simples	0	0
UTI	1	1
Balança Móvel	1	1
Balança Fixa	1	1
Total de Veículos Operacionais	19	13
Administração	19	13
Pedágio	1	1
Caminhão	1	1
Segurança do Trabalho	1	1
Manutenção	2	1
Faixa de domínio	1	1
Total de Veículos de Apoio	25	18
Total de Veículos	44	31

4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela, as quantidades de funcionários empregados pela Companhia na operação da concessão em dezembro/2018. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão		
Tipo de Função	Quantidade	Qte/VDMA
Coordenador de Tráfego	1	0,3
Inspetor Tráfego	44	11,2
Assistente de Tráfego	4	1,0
Coordenador Fx. Domínio	1	0,3
Assistente de Faixa de Domínio	1	0,3
Coordenador de Balança	1	0,3
Operadores de Balança	41	10,5
Assistente de Balança	1	0,3
Laçadores (Campeiro)	4	1,0
Guincho Leve	12	3,1
Guincho Super Pesado	12	3,1
Médico	6	1,5
Resgatista/Socorrista	32	8,2
Enfermeiro	4	1,0
Total de Pessoal Operacional	164	41,9
Coordenador Pedágio	1	0,3
Sup. Assist. Pedágio	2	0,5
Sup. Pedágio	1	0,3
Arrecadador SNR	5	1,3
Arrecadador	88	22,5
Assistente de Pedágio	3	0,8
Auxiliar de Pedágio	4	1,0
Total de Pessoal de Pedágio	104	26,6
Total	268	68,5

4.4 Aspectos Financeiros

4.4.1 Receitas

Apresentamos a receita da concessionária em 2018 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

R\$ mil	Em 2018	Acumulada
Receita com Pedágio	259.197	3.872.512
Receita extraordinária	1.398	10.836
Total	260.595	3.883.348

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2018, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos

R\$ mil	Em 2018	Acumulada
Investimentos	11.415	874.442

4.4.3 Custos Operacionais

R\$ mil	Em 2018	Acumulada
Custos Operacionais	56.974	873.220

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras em 2018.

R\$ mil	Em 2018	Acumulada
ISS	12.851	188.688

Os valores acumulados foram atualizados pelo IPCA.

4.4.4 Tarifas de Pedágio

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio

Praça de Pedágio	Categoria do veículo								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PN1 (km 133,5)	19,30	38,60	28,95	57,90	38,60	77,20	96,50	115,80	9,65
PA1 (km 114,5)	13,50	27,00	20,25	40,50	27,00	54,00	67,50	81,00	6,75
PA2 (km 122,0)	13,50	27,00	20,25	40,50	27,00	54,00	67,50	81,00	6,75

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Tráfego - mil	2018	2017	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	14.288	14.547	-1,8%
Leves	6.570	6.843	-4,0%
Pesados	7.718	7.704	-0,2%



Em 2018, foram pedagiados 14,3 milhões de veículos equivalentes, queda de 1,8% em relação a 2017. O tráfego foi impactado pela lenta recuperação econômica do país e pela greve dos caminhoneiros.

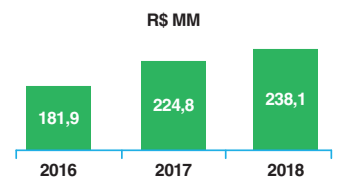
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor Adicionado

Em 2018, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 158,2M, aumento de 6,98% em relação a 2017, cujo valor adicionado foi de R\$ 147,9M. Esse crescimento deve-se principalmente ao incremento das receitas operacionais, provocado pelos reajustes da tarifa básica de pedágio em set/17 e set/18. Esse aumento foi parcialmente compensado pelo crescimento das despesas administrativas, dos custos operacionais e dos custos com depreciação e amortização.

6.2 Receita Operacional

R\$ mil	2018	2017	Δ%
Receita Líquida	262.361	242.909	8,0%
Receitas de Pedágio	259.197	247.587	4,7%
Outras Receitas	5.077	1.879	170,2%
Receita de Construção (IFRS)	24.304	18.155	33,9%
Deduções da Receita	(26.217)	(24.711)	6,1%
Receita Líquida Ajustada¹	238.057	224.755	5,9%



¹ Exclui Receita de Construção e provisões



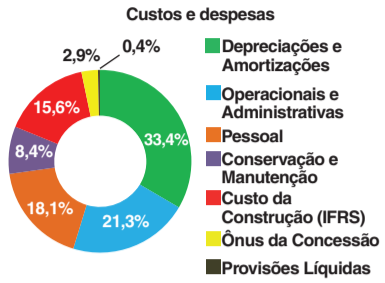
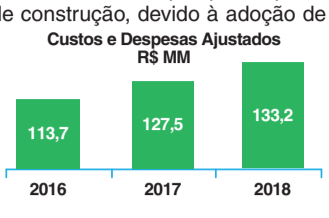
• **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio em 2018 foi de R\$ 259,2M, o que representou um aumento de R\$ 11,6M em relação ao ano anterior, devido ao reajuste da tarifa básica em set/17, da ordem de 5,62% (de R\$ 17,10 para R\$ 18,10) e ao reajuste em set/18, que passou de R\$ 18,10 para R\$ 19,30 (6,62%).

• **Receitas Extraordinárias/Outras** – As receitas Extraordinárias/Outras somaram R\$ 5,1M em 2018, crescimento de R\$ 3,2M em relação a 2017, proveniente de indenizações da seguradora (R\$ 3,1M) e de reajustes dos contratos de exploração da faixa de domínio.

• **Receita da Construção** - Foram apurados como receita de construção (IFRS) R\$ 24,3M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

6.3 Custos e Despesas

R\$ mil	2018	2017	Δ%
Custos e Despesas	156.966	145.593	7,8%
Pessoal	28.197	27.429	2,8%
Operacionais e Administrativas	33.236	30.889	7,6%
Conservação e Manutenção	13.083	13.475	-2,9%
Ônus da Concessão	4.551	4.252	7,0%
Outros Custos/Despesas	1.952	9.260	-78,9%
Provisões Líquidas	(548)	(33)	1.573,3%
Custo da Construção (IFRS)	24.304	18.155	33,9%
Depreciações e Amortizações	52.192	42.166	23,8%
Custos e Despesas Ajustados¹	133.211	127.471	4,5%



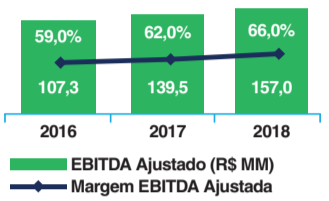
¹ Exclui Custo de Construção e Provisões.

Os Custos e Despesas Ajustados, expurgando as Depreciações e Amortizações, estão R\$ 4,3M (-5%) abaixo dos registrados em 2017. Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - aumento de R\$ 769, em decorrência do reajuste da categoria; **Operacionais e Administrativas** - aumento de R\$ 2,3M, provocado principalmente pelos reajustes contratuais; **Conservação e Manutenção** - redução de R\$ 393 mil devido à economia com serviços de monitoração e sinalização viária; **Ônus da Concessão** - aumento de R\$ 299 mil em decorrência do reajuste da taxa de fiscalização e da maior demanda para os projetos do RDT (Recursos de Desenvolvimento Tecnológico); **Outros Custos/Despesas** - redução de R\$ 6,9M devido à reclassificação e baixa de sinistros realizada em 2017. **Provisões Líquidas** - Reversões de provisões referentes a ações cíveis e trabalhistas.

As despesas com Depreciação e Amortização de 2018 totalizaram R\$ 52,2M, superando o ano de 2017 em R\$ 10M (+23,8%). O crescimento ocorreu em função do encerramento de várias obras ao longo de 2017 e de 2018.

6.4 EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA Ajustado	2018	2017	Δ%
Lucro líquido no ano	39.490	42.116	-6,2%
Imposto de Renda e CSLL	20.935	21.821	-4,1%
Remuneração Debenturistas	42.777	33.971	25,9%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	2.192	(591)	-471,2%
Depreciação e amortização	52.192	42.166	23,8%
EBITDA	157.586	139.483	13,0%
Provisões Líquidas	(548)	(33)	1.573,3%
EBITDA Ajustado	157.038	139.450	12,6%
Margem EBITDA Ajustada	66,0%	62,0%	3,9 p.p.

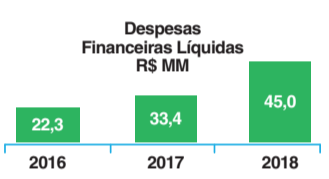


O EBITDA Ajustado do ano totalizou R\$ 157M, crescimento de R\$ 17,6 (+12,6%) em relação ao apurado em 2017. A Margem EBITDA Ajustada foi de 66,0% (+3,9 p.p.), resultante dos reajustes da tarifa básica de pedágio em 2017 e 2018, e dos esforços na redução de custos.

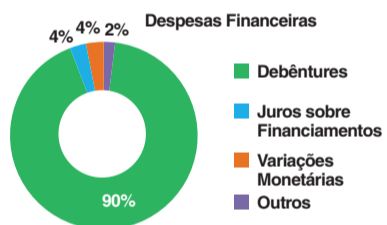
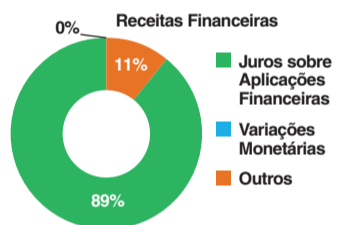
O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, da variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável à de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

6.5 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ mil	2018	2017	Dif.	Δ%
Receitas Financeiras	2.291	3.687	-1.396	-37,9%
Juros sobre Aplicações Financeiras	2.040	3.461	-1.421	-41,0%
Variações Monetárias	0	79	-79	-100,0%
Outros	251	147	104	70,7%
Despesas Financeiras	(47.260)	(37.067)	(10.193)	27,5%
Debêntures	(42.777)	(33.971)	(8.806)	25,9%
Juros sobre Financiamentos	(1.741)	(1.007)	(734)	72,9%
Variações Monetárias	(2.012)	(1.236)	(776)	62,8%
Outros	(730)	(853)	123	-14,5%
Resultado Financeiro	(44.969)	(33.380)	(11.588)	34,7%



O resultado financeiro da Companhia em 2018 totalizou R\$ 45M de despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R\$ 11,6M em relação a 2017. Este crescimento ocorreu em função da maior atribuição de Debêntures (resultado de 2018 superior ao de 2017) e do aumento das despesas com juros e pela variação monetária de financiamentos.



6.6 Resultado do Exercício

DESCRIÇÃO	2018	2017	Δ%
Veículos equivalentes	14.288	14.547	-1,8%
Receita operacional líquida	262.361	242.910	8,0%
Receitas operacionais	259.197	247.587	4,7%
Abatimentos	(3.578)	(3.367)	6,3%
PIS, COFINS, ISS e outros	(22.639)	(21.344)	6,1%
Outras receitas	5.077	1.879	170,2%
Receita de construção	24.304	18.155	33,9%
Custos e despesas	(104.775)	(103.427)	1,3%
Custos e despesas	(76.468)	(81.053)	-5,7%
Provisões diversas	(754)	(801)	-5,9%
Reversões diversas	1.302	834	561,1%
Ônus da concessão	(4.551)	(4.252)	7,0%
Custo de construção	(24.304)	(18.155)	33,9%
EBITDA	157.586	139.483	13,0%
EBITDA/receita líquida	60,06%	57,42%	2,64 p.p.
Depreciações e amortizações	(52.192)	(42.166)	23,8%
Despesas financeiras líquidas ¹	(44.969)	(33.380)	34,7%
Lucro antes imposto de renda	60.425	63.937	5,5%
Imposto de renda/contribuição social ²	(20.935)	(21.821)	-4,1%
Lucro líquido	39.490	42.116	-6,2%
Lucro líquido/receita líquida	15,05%	17,34%	-2,29 p.p.
Receita líquida ajustada ³	238.057	224.755	5,9%
EBITDA ajustado⁴	157.038	139.450	12,6%
Margem EBITDA ajustada	66,0%	62,0%	4,0 p.p.

¹ Inclui remuneração das debêntures.

² Contém R\$ 424 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet) em 2018 e R\$ 267 em 2017.

³ Exclui receita de construção e provisões.

⁴ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas.

O Lucro Líquido no ano, por ação preferencial, atingiu R\$ 481,40 contra R\$ 513,41 em 2017. Por ação ordinária, o valor foi de R\$ 437,64 contra R\$ 466,74 em 2017. As variações são devidas ao crescimento das despesas com amortização e depreciação e a maior apropriação de remuneração das debêntures.

6.7 Disponibilidade e Endividamento

6.7.1 Captações de recursos

A concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, foram captados recursos de longo prazo no Brasil (BNDES) compatíveis com as necessidades de investimentos previstas no contrato de concessão. Em 2009, obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012, finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 1,1M.

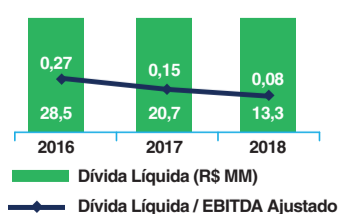
Em agosto de 2012, realizamos o financiamento da construção da balança fixa localizada no Km 131 e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), no valor de R\$ 9,5M, por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A. A dívida foi totalmente liquidada.

Em dezembro de 2013, a companhia assinou, no valor de R\$ 52,7 milhões junto ao BNDES, o contrato de financiamento de importantes obras que foram realizadas ao longo da rodovia, com destaque para a ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho III) e a reconstrução do pavimento entre os quilômetros 71 e 89. Houve a captação de apenas R\$ 41,8M, devido a eliminação da obra do trecho IV da Serra no cronograma de investimentos da Companhia, conforme 21ª Revisão Ordinária (PER). O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 6,4M.

Em 2016, a Companhia assinou o contrato de financiamento no valor de R\$ 20M por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco SANTANDER (BRASIL) S/A. Essa operação tem por finalidade o financiamento de obras de contenção de encostas, construção de rua lateral e construção de retorno. Até o momento houve a captação de R\$ 14,8M. O saldo a ser amortizado até fevereiro de 2021 é de R\$ 12M.

6.7.2 Disponibilidade e Endividamento Consolidado

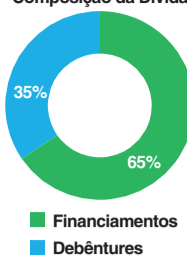
Endividamento - R\$ mil	2018	2017	Δ%
Curto Prazo	21.200	20.164	5,1%
Empréstimos e Financiamento	13.158	14.801	-11,1%
Debêntures	8.042	5.363	50,0%
Longo Prazo	17.752	21.982	-19,2%
Empréstimos e Financiamento	6.435	12.516	-48,6%
Debêntures	11.317	9.466	19,6%
Dívida Bruta	38.952	42.146	-7,6%
Caixa e Equivalente de Caixa	25.625	21.463	19,4%
Dívida Líquida	13.327	20.683	-35,6%
EBITDA Ajustado	157.037	139.450	12,6%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	0,08	0,15	-42,8%



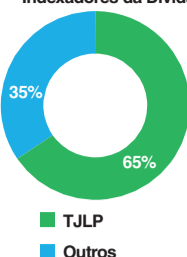
A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 25,6M, superando o saldo de 2017 em R\$ 4,1M. O crescimento do saldo deve-se ao maior faturamento com a arrecadação de pedágio.

O saldo da dívida bruta em dezembro/2018 é de R\$ 39M, uma redução de R\$ 3,2M em relação ao saldo de dezembro/2017 motivada pela amortização dos financiamentos. A relação entre curto e longo prazo está praticamente em equilíbrio, já que 48% do saldo tem vencimento no curto prazo e 52% no longo prazo.

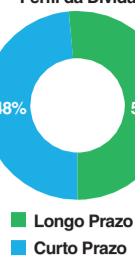
Composição da Dívida



Indexadores da Dívida



Perfil da Dívida



A relação Dívida Líquida/EBITDA de 2018 apresentou o indicador de 0,08 contra 0,15 de 2017, variação de -42,8%. Todos os financiamentos foram contratados em moeda nacional (Real) com indexadores utilizados pelo BNDES. A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da Companhia.

6.8 Principais Investimentos

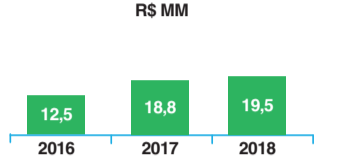
Dentre as obras realizadas desde o início da concessão até dez/2018, destacam-se: Construção de 5 viadutos, construção de 22 passarelas, 204 pontos de contenção de encosta, 16,35 quilômetros de ruas laterais, 351.732 m² de reconstrução do pavimento, 105.575 m³ de recapeamento, iluminação de 40 quilômetros da rodovia, e 9,7 quilômetros de construção da terceira faixa na serra.

Em abril/2010, a Companhia iniciou as obras de construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, obra de suma importância para a maior segurança e fluidez do tráfego. Foram concluídos 9,7 quilômetros, entre o Km 103,87 e o Km 94,2 da rodovia.

Durante o ano de 2018, foram investidos R\$ 19,5M, com destaque para as obras de contenção de encostas e de reconstrução dos pavimentos rígido e flexível. Esses investimentos têm como objetivo a melhoria no fluxo de veículos e o aumento da segurança dos usuários que trafegam na rodovia.

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão aprovado na última revisão.

Investimentos - R\$ milhões	2018	2017	Δ%
Ampliação da Rodovia	703	7.317	-90,4%
Contenções de encostas	11.517	527	2.083,5%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	7.271	10.922	-33,4%
Total	19.491	18.766	3,9%



Até o final da concessão (2019-2021), ainda serão investidos cerca de R\$ 75,3M em obras e equipamentos, com destaque para a reconstrução do pavimento flexível.

7. GESTÃO ESTRATÉGICA

7.1 Estratégia

7.1.1 Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido sucesso sistematicamente na obtenção das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e em função das demandas decorrentes da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

7.2 Política de Distribuição de Resultados

7.2.1 Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. A Companhia tem buscado maximizar a distribuição de dividendos, após atendimento das exigências contratuais, legais e operacionais, tendo como meta a distribuição anual mínima de 75% do resultado após constituição das reservas legais e estatutárias.

7.2.2 Remuneração das Debêntures

Cada debênture terá direito à participação nos lucros da Companhia, após constituição das reservas legais e estatutárias, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela CRT de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela empresa a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações. A participação nos lucros é calculada de acordo com a seguinte fórmula: (R = 4,180175 x D)⁴.

7.2.3 Atribuições no ano

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado de 2018 totalizaram R\$ 59,5M (Acionistas R\$ 35,3M e Debenturistas R\$ 24,2M), calculados na base de 100% do resultado.

A Companhia também realizou o pagamento de R\$ 45,6M referentes à parcela de lucros acumulados, sendo R\$ 27,0M de dividendos e R\$ 18,6M de remuneração das debêntures.

7.3 Ética e Transparência

A CRT lançou em 2015 seu Código de Ética e Conduta direcionado a todos os colaboradores, diretores, conselheiros e acionistas, bem como aos seus prestadores de serviços e fornecedores. O projeto teve início em 2013 com a promulgação da Lei Anticorrupção nº 12.846 de 02/08/2013, à qual a Companhia buscou manter total aderência aos seus princípios. O Código de Ética e Conduta aponta importantes diretrizes e normas para garantir o combate à corrupção, assim como quaisquer outras ações (mesmo realizadas por outra empresa privada) que causem prejuízos à CRT e/ou propiciem vantagens indevidas aos seus colaboradores, diretores, conselheiros, acionistas ou quaisquer terceiros.

Após a realização do treinamento de todos os colaboradores, o Código de Ética e Conduta foi disponibilizado juntamente com um canal de denúncias gerenciado por empresa externa, independente e especializada, a fim de garantir o anonimato e eficiência no processamento destas.

7.4 Recursos Humanos

A Companhia encerrou o ano de 2018 com o efetivo de 339 funcionários, maior parte residente no município de Magé e adjacências.

Em 2018, a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, com a ginástica laboral, a massoterapia e o programa de correção postural. Mantivemos os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, bem como a política de subvenção educacional, além do Vale Transporte e do Vale Refeição determinados em convenção.

7.5 Ferramentas de Gestão


7.8 Concessionária em números
Tabela - Rodovias

142,5 km de extensão - BR - 116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entroncamento c/ a BR 040/RJ													
Quilômetros de rodovia Número de veículos que transitaram	EIXOS										TOTAL		
	QUANT.	2	3	4	5	6	7	8	10+				
Número de praças de pedágios Tarifa	São 3 praças de Pedágio em operação, PN2 foi suspensa e PN3 não foi construída conforme determinação da ANTT. Praça de pedágio principal: Automóvel - R\$ 19,30; Comercial por eixo - R\$19,30; Motocicletas - R\$ 9,65 Praças de pedágio auxiliares: Automóvel - R\$ 13,50; Comercial por eixo - R\$ 13,50; Motocicletas - R\$ 6,75.												
Número de quilômetros mantidos	142,5 km												
Índice de congestionamento Trânsito Médio Diário Equivalente	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	
	41.324	39.559	38.372	39.300	31.581	38.760	40.267	39.425	39.921	39.398	39.557	42.342	
Trânsito Médio Anual Equivalente	39.144												
Equipes utilizadas pelo concessionário	4 Bases Operacionais; 72 Câmeras de monitoramento; 3 Carros-resgate; 7 Estações meteorológicas; 9 Estações pluviométricas; 8 Guinchos; 6 Painéis de mensagens variáveis; 100 Telefones de emergência (callboxes); 1 UTI - Móvel; 5 Viaturas de Inspeção												
Índice de qualidade de estrada Receita de Pedágio	259.197												
Custos associados às receitas de pedágio	132.354												
Fator Trabalho Número de Trabalhadores	339												
Despesas de Pessoal	27.176												
Fator Capital Despesas de Depreciação/ Amortização	328.700												
Ativo Líquido	145.844												
Ativo Bruto	474.544												
O método de Depreciação é o Linear. Para a Amortização, considera-se o prazo de concessão da rodovia.													
Série Histórica dos Investimentos	ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
		18.325	10.534	7.843	19.606	20.067	19.239	12.039	7.078	7.213	11.909	9.891	14.247
	ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
		13.428	22.423	20.215	57.737	44.760	45.788	31.121	35.210	13.988	20.470	11.415	
Fatores Intermediários Despesas em Administração	3.055												
Despesas em Manutenção	1.731												
Outras Despesas	6.295												
Seguridade Acidentes por Gravidade	Quantidade												
Acidentes com Mortes	21												
Acidentes com Feridos	734												
Acidentes sem Feridos	387												
Total	1.142												
Indicadores Receita por Veículo	28,52												
Custo por veículo	14,56												

7.9 Balanço Social CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A - CRT
Balanço Social
 Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em mil)

1 - Base de cálculo	2018 - Valor			2017 - Valor		
Faturamento bruto	284.899			267.451		
Receita líquida (RL)	258.682			242.323		
Resultado operacional (RO)	104.994			96.893		
Folha de pagamento bruta (FPB)	15.159			15.447		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	15.159			15.447		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.840	12%	1%	1.826	12%	1%
Encargos Sociais	9.699	64%	4%	8.167	53%	3%
Saúde	1.830	12%	1%	1.816	12%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	281	2%	0%	246	2%	0%
Educação	17	0%	0%	20	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	22	0%	0%	9	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.001	13%	1%	2.152	14%	1%
Outros	2.564	17%	1%	2.057	13%	1%
Total - Indicadores sociais internos	18.254	120%	8%	16.293	105%	8%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Cultura	400	3%	0%	424	3%	0%
Outros	27	0%	0%	19	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	427	3%	0%	443	3%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	44.183	291%	17%	43.617	282%	18%
Total - Indicadores sociais externos	44.610	294%	17%	44.060	285%	18%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	695	5%	0%	640	4%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	745	5%	0%	794	5%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	1.440	9%	0%	1.434	9%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas		() Não possui metas		() Cumpre de 0 a 50%	
	() Cumpre de 0 a 50%		() Cumpre de 0 a 50%		() Cumpre de 50 a 75%	
	() Cumpre de 50 a 75%		() Cumpre de 50 a 75%		() Cumpre de 75 a 100%	
	(X) Cumpre de 75 a 100%		(X) Cumpre de 75 a 100%			
5 - Indicadores do corpo funcional	2018			2017		
Nº de colaboradores ao final do período	339			373		
Tempo de serviço	26,25% até seis meses 6,78% de seis meses a um ano 3,24% entre um e dois anos 14,16% entre dois e cinco anos 49,56% mais de cinco anos			4,83% até seis meses 3,22% de seis meses a um ano 13,67% entre um e dois anos 16,89% entre dois e cinco anos 61,39% mais de cinco anos		
Nº de admissões durante o período	128			32		
Nº de demissões durante o período	162			30		
Nº de estagiários (as)	1			3		
Nº de colaboradores terceirizados	573			553		
Nº de colaboradores com até 18 anos	6			8		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	54			44		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	205			234		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	74			87		
% de mulheres que trabalham na Concessionária	115			143		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	21,88%			0,00%		
Remuneração paga a mulheres no período	228			285.014		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	38			31		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	11			5		
Total de horas extras trabalhadas	3.031			23.955		
Total de horas extras pagas	421	3%	0%	503	3%	0%
Total de INSS pagos	3.482	23%	1%	3.625	23%	1%
Total de FGTS pago	2.652	17%	1%	1.296	8%	1%
Total de Contribuição Sindical paga	233	2%	0%	487	3%	0%
Total dos demais encargos sociais pagos	744	5%	0%	163	1%	0%
Total de ICMS recolhido no período	493	3%	0%	485	3%	0%
Total de IR recolhido no período	14.968	99%	6%	15.607	101%	6%
Total de CSLL recolhida no período	5.567	37%	2%	5.790	37%	2%
Total de PIS recolhida no período	1.743	11%	1%	1.615	10%	1%
Total de COFINS recolhida no período	8.045	53%	3%	7.453	48%	3%
Total de outros tributos recolhidos no período	13.371	88%	5%	12.430	80%	5%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	5	25.625	21.463	Fornecedores	12	2.565	2.193
Créditos a receber	7	14.549	13.437	Retenções contratuais	12	361	586
Estoques	8	1.012	928	Dividendos	12	6	6
Impostos a recuperar	9a	1.902	2.469	Outras obrigações	12	1.373	1.340
Adiantamento a fornecedores		299	555	Empréstimos e financiamentos	13	13.158	14.801
Despesas antecipadas		2.055	2.129	Salários, provisões e contribuições	14	4.185	4.820
Indenizações a receber		-	376	Provisão para manutenção	16	383	408
Outros		845	1.344	Remuneração a pagar a debenturistas	17	8.042	5.362
Total do ativo circulante		46.287	42.701	Obrigações Fiscais	9b	4.683	2.336
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		34.756	31.852
Aplicações financeiras	6	2.942	3.171	Passivo não circulante			
Depósitos judiciais		665	920	Empréstimos e financiamentos	13	6.435	12.516
Outras contas a receber		1.289	1.467	Debêntures	17	11.317	9.466
Imposto de renda e CSLL diferidos	9c	1.985	154	Provisão para manutenção	16	575	984
Indenizações a receber	15	3.981	3.981	Obrigações legais decorrentes de processos judiciais	15	8.827	9.311
Imobilizado	10	2.652	7.774	Total do passivo não circulante		27.154	32.277
Intangível	11	143.192	164.302	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		156.706	181.769	Capital social	18a	93.000	89.000
Total do ativo		202.993	224.470	Reservas de capital	18c	3.596	3.596
				Reservas de lucro	18c	44.487	67.745
				Total do patrimônio líquido		141.083	160.341
				Total do passivo e patrimônio		202.993	224.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2018	2017
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	61,25%	62,62%
Número total de acidentes de trabalho	1	12
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores	(X) direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	(X) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores () direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores	(X) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores () direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores	() direção e gerenciais (X) direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve () apoia	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve () apoia
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	34% na Concessionária 100% no PROCON 2% na Justiça	63% na Concessionária 100% no PROCON 74% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir:	160.486	151.553
Distribuição do Valor Adicionado	30% governo 16% acionistas 15% colaboradores 30% terceiros 8% retido	31% governo 21% acionistas 16% colaboradores 25% terceiros 6% retido

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS
8.1 Prêmios e Reconhecimentos

- Em 2005, a CRT foi eleita a melhor concessionária federal, segundo pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários de serviços das empresas de transporte terrestre, realizada entre os meses de junho e julho pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de empresa especializada.
- Em 2014, a pesquisa de satisfação foi realizada em todo o território nacional entre março e junho, com aplicação de, aproximadamente, 89 mil questionários junto a usuários de rodovias federais, transportes rodoviários de passageiros e transporte ferroviário de carga. No segmento de rodovias concedidas foram realizadas 11.947 entrevistas com motoristas amadores e profissionais, que avaliaram 49 trechos de 14 concessionárias. Como resultado da consulta, a Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) administrada pela Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) e a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) foram apontadas como as melhores rodovias federais sob concessão no país, com a avaliação média geral de 7,1.
- Segundo a pesquisa IBOPE/2018, realizada a cada dois anos, conforme previsto no contrato de concessão, 85% dos entrevistados consideram a rodovia Ótima + Boa. Esse índice revela a satisfação de nossos usuários em relação aos investimentos e serviços prestados pela Companhia.
- O Projeto Teatro dos Apaixonados realizado pela APAE de Magé/RJ, patrocinado integralmente pela CRT, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura – Lei Rouanet, e sob a gestão da Criativa Social, recebeu o Prêmio Baixada 2016. Em sua 15ª edição, a premiação tem como objetivo valorizar as ações de pessoas e instituições envolvidas com produção cultural e artística.

8.2 Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, PricewaterhouseCoopers, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

8.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária Rio-Teresópolis S/A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

8.4 Agradecimentos

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais, e a todos os nossos colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de ágio	Legal	Restituição de capital	Reserva para investimento	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	86.000	3.596	1.789	4.160	1.997	77.567	-	175.109
Aumento de Capital	3.000	-	(1.789)	-	(1.211)	-	-	-
Dividendos de ex. anterior distribuídos no período	-	-	-	-	-	(24.349)	-	(24.349)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(32.535)	(32.535)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	5.075	(5.075)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	42.116	42.116
Apropriação do lucro do período:								
Constituição de reservas	-	-	2.106	400	2.000	-	(4.506)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	89.000	3.596	2.106	4.560	2.786	58.293	-	160.341
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	1.604	-	1.604
Aumento de Capital	4.000	-	(2.106)	-	(1.894)	-	-	-
Dividendos de ex. anterior distribuídos no período	-	-	-	-	-	(34.063)	-	(34.063)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	39.490	39.490
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(26.289)	(26.289)
Constituição de reservas	-	-	1.974	375	1.876	-	(8.976)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	93.000	3.596	1.974	4.935	2.768	34.810	-	141.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receita de serviços		233.508	223.095
Receita extraordinária		870	1.073
Receita de construção		24.304	18.155
Receita operacional líquida	19	258.682	242.323
Custo dos serviços	20	(108.050)	(103.034)
Custo de construção	20	(24.304)	(18.155)
Lucro bruto		126.328	121.134
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(21.530)	(21.255)
Depreciações e amortizações		(1.061)	(1.251)
Participação de empregados	23a	(2.001)	(2.152)
Outras receitas operacionais - líquidas		3.258	417
Lucro operacional		104.994	96.893
Receitas financeiras	22	2.291	3.687
Despesas financeiras	22	(4.483)	(3.096)
Remuneração de debenturistas	22	(42.777)	(33.971)
Despesas financeiras, líquidas		(44.969)	(33.380)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		60.025	63.513
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9d	(21.601)	(22.767)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9d	1.066	1.370
Lucro líquido do exercício		39.490	42.116
Lucro por ação - básico	24		
Ações preferenciais		481,40	513,41
Ações ordinárias		437,64	466,74
Lucro por ação - diluído	24		
Ações preferenciais		400,74	466,21
Ações ordinárias		364,31	423,83

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.025	63.513
Depreciação e amortização	52.192	42.167
Baixa depreciação, amortização e intangível	1.479	169
Provisão para contingências	753	801
Reversão de contingências	(1.237)	(776)
Recapamento	42	839
Reversão Recapamento	(476)	-
Juros e encargos financeiros	1.980	2.643
Encargos debêntures	42.777	33.971
Despesa financeira - Debêntures	1.851	923
Receita financeira - Debêntures	-	(18)
Reembolso de Sinistro	-	(376)
Lucro líquido ajustado	159.386	143.856
Variações nos ativos e passivos		
Despesa antecipada	74	(176)
Créditos a receber	(1.113)	(1.828)
Créditos com partes relacionadas	-	474
Adiantamento a fornecedor	256	(59)
Estoques	(84)	(41)
Depósitos e bloqueios judiciais	255	(29)
Indenizações a receber	376	2.164
Impostos a recuperar	1.498	(879)
Outros circulantes	99	(93)
Provisão para manutenção	-	(621)
Salários, provisões e contribuições sociais	(522)	189
Fornecedores	372	197
Impostos a recolher	131	113
Participação nos lucros dos resultados	(112)	(131)
Outras obrigações a pagar	(100)	4
	1.130	(716)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.990)	(20.547)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	141.526	122.593
Caixa líquido das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras - resgates (aplicações) líquidos	228	516
Adições de Imobilizado e Intangível	(27.439)	(20.893)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(27.211)	(20.377)
Caixa líquido das atividades de financiamento		
Amortização de Empréstimos	(15.315)	(18.556)
Pagamento de dividendos	(60.352)	(56.884)
Novas captações de empréstimos obtidos	7.783	7.000
Encargos e juros financeiros pagos a terceiros	(2.172)	(2.345)
Remunerações pagas a debenturistas	(40.097)	(40.414)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(110.153)	(111.199)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	4.162	(8.983)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	21.463	30.446
Saldo no final do exercício	25.625	21.463
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	4.162	(8.983)

	2018	2017
Receitas		
Serviços	255.619	244.220
Receitas extraordinárias	1.398	1.292
Outras receitas	3.258	417
Construções	24.304	18.155
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(42.177)	(48.415)
Custos contratuais da concessão	(7.711)	(7.482)
Custos Construções	(24.304)	(18.155)
Valor adicionado bruto	210.387	190.032
Depreciação e amortização	(52.192)	(42.167)
Valor adicionado líquido produzido	158.195	147.865
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.291	3.687
Valor adicionado total a distribuir	160.486	151.552
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	24.706	23.787
Remuneração direta	15.112	15.447
Benefícios	4.963	4.908
F.G.T.S	2.630	1.280
Participações de empregados e dirigentes	2.001	2.152
Impostos, taxas e contribuições	47.788	47.437
Federais	34.440	34.425
Estaduais	493	722
Municipais	12.855	12.290
Remuneração de capitais de terceiros	48.502	38.212
Juros	4.377	2.930
Remuneração de debenturistas	42.777	33.971
Aluguéis	1.348	1.311
Remuneração de capitais próprios	39.490	42.116
Dividendos	26.289	32.535
Lucros retidos do exercício	13.201	9.581

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	39.490	42.116
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	39.490	42.116

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	39.490	42.116
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	39.490	42.116

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	39.490	42.116
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	39.490	42.116

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT" ou "Companhia") - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com término em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de "sociedade anônima", com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) S/Nº KM 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2019.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Bases de preparação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.19.

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" (IFRS)), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), bem como as orientações específicas emanadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novas normas emitidas pelo IASB e pelo CPC

• IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes". Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.

• IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros". Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.

• IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil". Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia revisou os impactos da adoção da norma, uma vez que mantém contratos de arrendamento durante o ano, em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia.

Identificamos R\$ 4.816 de compromissos com arrendamento mercantil operacional e estima-se que cerca de 2,4% referem-se a pagamentos de arrendamento de curto prazo e baixo valor que serão reconhecidos linearmente com uma despesa no resultado do exercício. Com relação aos compromissos de arrendamento remanescentes, a Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R\$ 4.697 em 1º de janeiro de 2019, passivos de arrendamento de R\$ 4.772 e ativos de impostos diferidos de R\$ 1.597.

Espera-se que o EBITDA ajustado aumente em aproximadamente R\$ 3.360, já que os pagamentos dos arrendamentos operacionais foram incluídos no EBITDA, mas a amortização dos ativos de direito de uso e os juros sobre o passivo de arrendamento são excluídos dessa medida. Estimamos que o lucro líquido após os impostos irá diminuir, aproximadamente, em R\$ 379 em 2019, como resultado da adoção das novas regras.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3 Aplicação financeira

A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4 Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Companhia conhece a abordagem simplificada conforme indicado pelo IFRS 9/CPC 48, que determina as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, porém por não considerar duvidosa a recuperação dos créditos, não constituiu provisão para perdas.

2.5 Estoques

Os estoques são apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.6 Ativos intangíveis

(a) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

O reconhecimento inicial do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/ construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base no prazo de concessão, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

(b) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A Companhia não opera com desenvolvimento de softwares. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e serão depreciados até o encerramento da Companhia. Abaixo vida útil estimada:

	Anos
Equipamentos e instalações	10



a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para sua utilização. Os impostos diferidos ativos são revisados trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.13 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas após certos ajustes.

2.14 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das classificações, levando em consideração o tipo de transação, tipo de cliente e as especificações de cada operação.

a) Receita de serviços

A receita de serviços compreende a cobrança e pedágio e é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A atividade da Companhia é alcançada pela ICPC01, sendo a receita de construção registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente (2017 – CPC 17 – Contratos de Construção). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos, cabendo à CRT a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.16 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

2.17 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

a.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam maior probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

b.1) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais, bem como a avaliação dos advogados externos. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.2) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25. Na Nota 15 estão divulgados os montantes dos processos judiciais classificadas com risco de perda "possível", os quais poderão impactar o saldo da provisão para contingências no próximo exercício social, caso a sua probabilidade de perda seja reavaliada para "provável".

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.21 Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A partir de 1º de janeiro de 2018, a classificação pode ser da seguinte forma:

- custo amortizado;
- valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como "custo amortizado" (demais ativos financeiros). As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por impairment, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros sob as categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos. A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC 48. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os passivos financeiros foram classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.22 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.23 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3. Gestão de risco financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos

de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A(bra)". Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de R\$ 20.950 (R\$ 17.033 em 2017), dos quais se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

3.1 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, foi requerido algum julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômica financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e não divergem, de forma significativa, do seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com Poder Concedente.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	23.892	23.892	23.892
Taxa anual estimada do CDI	6,42%	4,82%	3,21%
Efeito anual no caixa líquido	1.534	1.152	767

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito C	TJLP + 1,8%	824	830	836
BNDES Sub-Crédito D	TJLP + 2,8%	355	357	360
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		6,98%	8,73%	10,47%

(c.2) BNDES Automático II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito 1	TJLP + 6,00%	13.830	14.083	14.335
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		6,98%	8,73%	10,47%

(c.3) BNDES III

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,89%	4.597	4.630	4.663
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,89%	2.028	2.043	2.057
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		6,98%	8,73%	10,47%

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures, empréstimos de curto e longo prazo conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2018, a Companhia revisou a estratégia em relação à de 2017, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0 e 1,00.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, podem ser assim resumidos:

	2018	2017
Debêntures (Nota 17)	19.359	14.828
Total dos empréstimos (Nota 13)	19.593	27.317
Caixa e equivalentes de caixa (Noa 5)	(25.625)	(21.463)
Dívida líquida	13.327	20.682
Total do patrimônio líquido	141.083	160.341
Total do capital	154.410	181.023
Índice de alavancagem financeira	0,09	0,11

Em 08/10/2018, a Companhia teve o seu rating afirmado em 'AAA(bra)' atribuído pela classificadora de riscos "Fitch Ratings" com perspectiva estável.

4. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 75.333, como segue (dados em milhares de reais):

	2019	2020	2021	Total
Investimentos – PER	37.769	36.363	1.201	75.333

Tais investimentos estão condicionados à autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados, bem como autoriza o respectivo repasse na tarifa para manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e Bancos:	4.675	4.430
Aplicações Financeiras de curto prazo:		
Banco Santander S.A.	8.034	–
Caixa Econômica Federal	5.865	15.522
Banco ABC Brasil S.A.	7.051	1.511
	20.950	17.033
	25.625	21.463

Total

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 90% e 101% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

6. Aplicações financeiras – não circulante

	2018	2017
Aplicações Financeiras	2.942	3.171
Total não circulante	2.942	3.171

O ativo financeiro compreende aplicação em CDB com rendimento diário a um percentual do CDI, vinculada ao contrato do BNDES firmado em dezembro de 2013, para garantia de pagamento do principal e dos juros contratados.

7. Créditos a receber

	2018	2017
Pedágio eletrônico	13.433	12.384
Vale Pedágio	1.095	1.038
Outros	21	15
Total	14.549	13.437

A Companhia vem operando desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil. Em 18/09/2017, a CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) incorporou a DBTRANS, responsável pelo sistema de vale pedágio utilizado pela Companhia desde 2011.

Além desses, a Companhia opera ainda com os pedágios eletrônicos Velloe, Conectcar,


b) Obrigações fiscais

	2018	2017
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.279	63
PIS e COFINS	979	956
ISS	1.406	1.299
ICMS	2	-
IRRF	17	18
Circulante	4.683	2.336

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente. O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	355	127	482	511	184	695
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	2.207	795	3.002	2.328	838	3.166
IR e CSLL diferidos s/ Remuneração Debenturistas	359	129	488	-	-	-
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	1.753	631	2.384	1.290	464	1.754
IR e CSLL diferidos s/ Contingência Tributária	260	-	260	260	-	260
Ativo não circulante	4.934	1.682	6.616	4.389	1.486	5.875
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	501	180	681	727	261	988
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	1.068	385	1.453	1.550	558	2.108
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de contingência	995	358	1.353	995	358	1.353
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	841	303	1.144	841	303	1.144
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de Sinistro	-	-	-	94	34	128
Passivo não circulante	3.405	1.226	4.631	4.207	1.514	5.721
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	1.529	456	1.985	182	(28)	154

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2018	2017
Lucro antes da tributação	60.025	63.513
IR e CS sobre lucro líquido 34%	(20.409)	(21.594)
Despesas não dedutíveis diversas	(2.009)	(1.729)
Exclusões permanentes diversas	711	359
Incentivos fiscais	400	650
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	676	897
Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores	72	(4)
Outros	24	24
IR e CS totais	(20.535)	(21.397)
Corrente	(21.601)	(22.767)
Diferido	1.066	1.370

10. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Estoques para Imobilizações ²	Total
Em 1º de janeiro de 2017							
Saldo inicial líquido	3.496	168	223	929	2.253	-	7.069
Aquisições	69	310	19	479	950	294	2.121
Transferências	28	35	33	-	(21)	(75)	-
Baixas	(24)	-	-	(393)	-	-	(417)
Depreciação	(805)	(127)	(41)	(259)	(15)	-	(1.247)
Baixas	24	-	-	224	-	-	248
Saldo contábil líquido	2.788	386	234	980	3.167	219	7.774
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	6.474	1.479	544	1.416	3.545	219	13.677
Depreciação acumulada	(3.686)	(1.093)	(310)	(436)	(378)	-	(5.903)
Saldo contábil líquido	2.788	386	234	980	3.167	219	7.774
Em 1º de janeiro de 2018							
Saldo inicial líquido	2.788	386	234	980	3.167	219	7.774
Aquisições	175	143	33	-	5	1.215	1.571
Transferências	(3.126)	313	(66)	7	(2.957)	(1.185)	(7.014)
Baixas	(1.516)	(585)	(195)	(129)	(208)	-	(2.633)
Depreciação	(439)	(83)	(61)	(531)	(7)	-	(1.121)
Transferências	1.533	(88)	70	271	14	-	1.800
Baixas	1.323	547	150	74	181	-	2.275
Saldo contábil líquido	738	633	165	672	195	249	2.652
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	2.007	1.350	316	1.294	385	249	5.601
Depreciação acumulada	(1.269)	(717)	(151)	(622)	(190)	-	(2.949)
Saldo contábil líquido	738	633	165	672	195	249	2.652

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo.

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

11. Intangível

	Infraestrutura			Marcas e Patentes		Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)	Software		
Em 1º de janeiro de 2017							
Custo	192.488	30.744	200.575	6.075	53	752	430.687
Amortização acumulada	(105.723)	(17.968)	(120.022)	-	(53)	(471)	(244.237)
Saldo contábil líquido	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	86.765	12.776	80.553	6.075	-	281	186.450
Aquisições	-	386	45	18.155	36	150	18.772
Transferências	15.234	935	4.795	(20.971)	-	7	-
Baixas	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Amortização	(19.166)	(3.077)	(18.650)	-	(1)	(26)	(40.920)
Baixas	-	-	-	-	-	6	6
Saldo contábil líquido	82.833	11.020	66.743	3.259	35	412	164.302
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	207.722	32.065	205.415	3.259	89	903	449.453
Amortização acumulada	(124.889)	(21.045)	(138.672)	-	(54)	(491)	(285.151)
Saldo contábil líquido	82.833	11.020	66.743	3.259	35	412	164.302
Em 1º de janeiro de 2018							
Saldo inicial	82.833	11.020	66.743	3.259	35	412	164.302
Aquisições	198	407	875	24.304	-	84	25.868
Transferências	(53.978)	18.585	49.159	(7.210)	-	458	7.014
Baixas	(4.694)	(6.195)	(1.960)	-	(51)	(492)	(13.392)
Amortização	(23.560)	(4.808)	(22.410)	-	(11)	(282)	(51.071)
Transferências	41.027	(9.845)	(32.925)	-	-	(57)	(1.800)
Baixas	2.814	5.965	2.949	-	51	492	12.271
Saldo contábil líquido	44.640	15.129	62.431	20.353	24	615	143.192
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	149.248	44.862	253.489	20.353	38	953	468.943
Amortização acumulada	(104.608)	(29.733)	(191.058)	-	(14)	(338)	(325.751)
Saldo contábil líquido	44.640	15.129	62.431	20.353	24	615	143.192

(*) O valor de Outros se refere a obras em andamento.

Para os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação.

Durante o exercício de 2018, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento no montante de R\$ 491, diretamente atribuíveis às obras realizadas ao longo da rodovia em conformidade com o direito de exploração.

12. Fornecedores e outras obrigações

	2018	2017
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais ⁽¹⁾	2.565	2.193
	2.565	2.193

	2018	2017
Outras obrigações		
Comissões sobre fianças ⁽²⁾	19	33
Verba de fiscalização ⁽³⁾	345	330
Receita Diferida ⁽⁴⁾	640	616
Retenções contratuais ⁽⁵⁾	361	586
Seguros a Pagar ⁽⁶⁾	36	-
Energia ⁽⁷⁾	219	209
Outras	114	152
	1.734	1.926
	6	6
Dividendos	4.305	4.125

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 representam obrigações com prazos de pagamento inferiores a três meses.

(2) As comissões sobre fianças referem-se às garantias predeterminadas no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES. (Nota 13)

(3) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão.

(4) Antecipações recebidas de clientes referentes a receitas extraordinárias, por exploração da faixa de domínio que a Companhia irá se apropriar num período de até 12 (doze) meses subsequentes ao fato gerador.

(5) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.

(6) Os valores referem-se aos seguros contratados pela Companhia (Nota 25).

(7) Obrigações relativas à aquisição de serviço de energia elétrica.

13. Empréstimos e financiamentos

Objeto	Subcrédito	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)		Saldo Inicial 31/12/2017	Cap-tação	Pagamento	Variação Monetária	Incorporados	Juros Pagos ¹	Saldo Final 31/12/2018
				Principal	Juros							
BNDES I	C	jul/19	TJLP	1,80 % a.a.	2.147	-	(1.314)	(33)	112	(117)	795	
BNDES II	D	jul/19	TJLP	2,80 % a.a.	921	-	(563)	(15)	54	(56)	341	
BNDES III A	A	jul/19	TJLP	1,89 % a.a.	11.979	-	(7.330)	(179)	632	(660)	4.442	
BNDES III B	B	jul/19	TJLP	2,89 % a.a.	5.267	-	(3.220)	(80)	312	(326)	1.953	
Banco Automático II	1	fev/21	TJLP	6,00% a.a.	7.003	7.783	(2.888)	55	1.122	(1.013)	12.062	
Total					27.317	7.783	(15.315)	(252)	2.232	(2.172)	19.593	
Parcela do curto prazo					14.801						13.158	
Parcela do longo prazo					12.516						6.435	

* A Companhia classifica os juros pagos com fluxo de caixa de financiamento, por se tratar de custos com obtenção de recursos financeiros.

b) Histórico de liberação dos contratos de empréstimos

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinado à melhoria da Rodovia BR-116/RJ, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido está dividida em: subcrédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 - totalmente liberados.

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 2,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo. A amortização dos subcréditos A e B terminou em 15 de julho de 2017 e dos subcréditos C e D terminará em 15 de julho de 2019.

A Companhia forneceu como garantia carta de fiança emitida pelo Banco Santander (BRASIL) S.A. com vencimento em 10 de janeiro de 2017, sendo substituída por nova carta de fiança emitida pelo Banco ABC Brasil S.A., cujo vencimento ocorrerá em 15 de janeiro de 2020.

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012, e a última "tranche" ocorreu em fevereiro de 2013, já que as liberações são realizadas pelo sistema de "reembolso".

A Companhia firmou novo contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116/RJ, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2017, com destaque para construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, dividido nos seguintes subcréditos: Subcrédito A – R\$ 36.913, dos quais R\$ 28.963 foram levantados até a presente data e Subcrédito B – R\$ 15.820, dos quais R\$ 12.879 foram levantados até a presente data.

Sobre o subcrédito A incidirão juros de 1,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre o subcrédito B incidirão juros de 2,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os subcréditos foram utilizados até março de 2015, e amortizáveis a partir de 17 de agosto de 2015 até 15 de julho de 2019, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

O presente contrato considerou as seguintes garantias: cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a três parcelas "Payments" (PMT's) e penhor de 15,37%, das ações da Companhia em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, Road Participações em Concessionárias LTDA e Queiroz Galvão Logística S/A. Esse contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito a cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da Companhia. Ficam excluídos do cálculo a que se refere esta cláusula os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; ao saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; e à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente a data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.



9) Conversibilidade: (Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, observando o disposto nas Cláusulas 2.11.4, 2.11.8 e 2.11.10 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 21 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à EMISSORA, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 ("Contrato de Concessão").

(Cláusula 2.11.5): Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

(Cláusula 2.11.7): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

10) Destinação dos Recursos: (Cláusula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92,400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração: (Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de conversão, que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data de emissão corresponde ao prêmio das opções, constitui um instrumento patrimonial, em aplicação do CPC 39.

Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963

Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676

Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total de R\$ 7.668 (R\$ 11.317 ajustados a valor presente em 2018 e R\$ 9.466 em 2017), corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia provisionou o valor de R\$ 42.777 (2017: R\$ 33.971) correspondente à remuneração dos debenturistas.

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

	Saldo Inicial 2017	Adições	Baixas	Saldo Final 2018
Debêntures Valor Provisionado	5.362	42.777	(40.097)	8.042
	5.362	42.777	(40.097)	8.042

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 93.000 (2017 – R\$ 89.000), dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 27 de abril de 2018, foi deliberado o aumento de R\$ 4.000 no capital social autorizado da Companhia, mediante utilização de Reservas de Lucros, passando a ser R\$ 93.000.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2018				2017			
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em								
Infraestrutura S/A - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
CCNE Carioca Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda.	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Logística S.A.	10.264	21,04	-	-	10.264	11,87	10.264	11,87
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A	-	-	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	-	-	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.G. Consultoria e Participações Ltda.	-	-	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

	2018	2017
Lucro líquido do período	39.490	42.116
Reserva legal	(1.974)	(2.106)
Base de cálculo	37.516	40.010
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo mínimo obrigatório	9.379	10.003
Dividendo adicional pago	16.910	22.532
Dividendo adicional proposto	8.976	5.075
Total de dividendos	35.265	37.610

Para o exercício de 2018, a distribuição atribuída é de 100% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, os dividendos adicionais pagos e os dividendos adicionais propostos.

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

	Saldo Inicial 2017	Atribuídos	Pagos	Saldo Final 2018
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	6	-	-	6
Dividendo de exercício anterior	-	34.063	(34.063)	-
Dividendo proposto	-	26.289	(26.289)	-
Total de dividendos	6	60.352	(60.352)	6

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	2018	2017
Reserva de ágio	3.596	3.596
Reserva legal	1.974	2.106
Reserva de restituição de capital	4.935	4.560
Reserva para investimentos	2.768	2.786
Reserva de retenção de lucros	34.810	58.293
Total das reservas	48.083	71.341

19. Receitas

	2018	2017
Receita de pedágio	259.197	247.587
Receita extraordinária	1.398	1.292
Receita de construção *	24.304	18.155
Tributos incidentes sobre as receitas	(22.639)	(21.344)
Abatimentos sobre Receitas de Pedágio	(3.578)	(3.367)
Receita líquida	258.682	242.323

* O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 (R1) – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

20. Custos

	2018	2017
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	3.293	3.241
Prestadores de serviço	10.368	10.373
Material, equipamento e veículos	2.139	2.134
Gastos gerais	2.350	10.163*
Gastos com alugueis	183	160
Depreciação e amortização	51.076	40.892
	69.409	66.963

* O aumento nos Gastos gerais, em 2017, refere-se às reclassificações dos gastos com sinistros no valor de R\$ 8.722, em atendimento ao CPC 25.

Custo de operação

Pessoal, encargos e benefícios	12.490	11.737
Prestadores de serviço	11.719	10.681
Material, equipamento e veículos	2.897	2.716
Gastos gerais	1.070	943
Custos contratuais de concessão	7.711	7.482
	35.887	33.559

Custo de monitoração

Prestadores de serviço	1.308	1.325
Material, equipamento e veículos	13	11
	1.321	1.336

Custo de projetos especiais

Prestadores de serviço	221	192
Custo apropriação	1.212	984
	1.433	1.176

Total de custos associados a receita de pedágio

	108.050	103.034
--	---------	---------

Custos associados às receitas de construção

Custo de construção	24.304	18.155
	132.354	121.189

Total

21. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Salários, encargos e benefícios	8.951	8.856
Serviços de terceiros	3.055	3.140
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	1.731	1.483
Despesas gerais	6.330	6.333
Despesas de remuneração de dirigentes	1.463	1.443
Total	21.530	21.255

22. Receitas e despesas, financeiras

	2018	2017
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(1.741)	(1.007)
Despesas bancárias	(730)	(808)
Variação monetária passiva	(161)	(313)
Variação cambial passiva	-	(45)
Despesa Financeira - Debêntures	(1.851)	(923)
	(4.483)	(3.096)

Receitas financeiras:

Rendimentos de aplicações	2.040	3.461



COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO
Genilson Silva Melo	Presidente do Conselho
Leandro Luiz Gaudio Comazzetto	Conselheiro Titular
Túlio Toledo Abi Saber	Conselheiro Titular
Francisco Ubiratan de Sousa	Conselheiro Titular
Marcus Vinicius Vaz	Conselheiro Titular
Luiz Claudio Levy Cardoso	Conselheiro Titular
Antonio Carneiro Alves	Conselheiro Titular

DIRETORIA

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADOR RESPONSÁVEL

Jadir Eugênio de Souza
CRC-RJ 075.243/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
 Concessionária Rio Teresópolis S.A.

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio Teresópolis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Provisão para passivos contingentes de natureza cível

Conforme divulgado na nota explicativa 15, a Companhia é parte em processos de natureza cível e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos e registra provisão nas demonstrações financeiras nos casos em que considera que haverá perda provável.

Adicionalmente, a Companhia possui ações cíveis e trabalhistas em andamento para as quais não foram registradas provisões, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis pela administração, a partir de posições de seus assessores jurídicos.

As avaliações de risco e as estimativas de perdas são elaboradas pela administração com base nas evidências disponíveis e nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia, envolvendo elevado grau de julgamento, dada a complexidade dos temas. A avaliação da administração leva em consideração, também, acordos de indenização de eventuais perdas nos referidos processos, negociados separadamente com companhias seguradoras. Nesse contexto, o andamento dos referidos processos nas diversas esferas aplicáveis pode resultar em alterações nas avaliações dos riscos de perda e impactar de forma significativa as provisões constituídas e o resultado da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação da consistência entre a prática contábil relacionada ao reconhecimento de provisão para perdas com processos judiciais os procedimentos internos adotados pela administração para a determinação da provisão e respectiva divulgação.

Adicionalmente, obtivemos confirmação dos consultores jurídicos externos que patrocinam os processos da Companhia, contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda possível e provável. Testamos a consistência das informações recebidas dos assessores externos com as informações provenientes dos controles auxiliares preparados e mantidos pela administração.

Inspecionamos, ainda, as apólices de seguro que contêm cláusulas vinculantes de cobertura para os processos judiciais de natureza cível, quando aplicável.

Consideramos como razoáveis os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as correspondentes divulgações, estando consistentes com as informações recebidas ao longo de nossa auditoria.

Contabilização dos gastos com infraestrutura e concessão

Conforme descrito na nota explicativa 11, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta saldo de ativo intangível no montante de R\$ 142.553 mil, correspondente aos gastos com infraestrutura do contrato de concessão da Rodovia Rio-Teresópolis, que é recebido por meio da cobrança aos usuários via tarifa de pedágio.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, devido à magnitude dos valores investidos em infraestrutura, ao julgamento quanto aos valores de amortização até o final da concessão e aos controles e critérios de elegibilidade para o registro de adições no período correto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- A avaliação da consistência da prática contábil relacionada ao registro contábil dos gastos com infraestrutura com os procedimentos internos adotados pela administração.
- Entendimento e teste dos controles internos relevantes sobre o ambiente de tecnologia da informação que suporta a estrutura de controles da Companhia, bem como entendimento e teste dos controles internos relevantes ao processo de registro dos gastos em infraestrutura do período, reconhecidos no ativo intangível de concessão.
- Inspeção, em base amostral, dos documentos suporte referentes aos gastos em infraestrutura do período, bem como teste da amortização do ativo intangível, pelo prazo do contrato de concessão.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para registro e amortização dos gastos em infraestrutura são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras, bem como consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Reconhecimento das receitas de pedágio

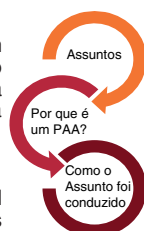
Conforme descrito na nota explicativa 19, as receitas da Companhia advêm substancialmente de cobrança de pedágio. Tais receitas são auferidas por meio de cobrança manual e também por meio de sistemas automáticos de arrecadação, que computam a passagem dos veículos e atualizam os registros contábeis da Companhia.

Considerando o elevado nível de automação do processo de registro da receita e a representatividade dos montantes envolvidos, julgamos que essa é uma área importante para a nossa auditoria em decorrência do risco de distorções relevantes associados a totalidade das receitas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da consistência entre a prática contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e os procedimentos internos adotados pela administração para o registro da receita de cobrança de pedágio.

Também realizamos o entendimento e teste dos controles internos relevantes sobre o ambiente de tecnologia da informação que suporta a estrutura de controles da Companhia, bem como realizamos o entendimento e teste dos controles associados a totalidade da receita.

Adicionalmente, obtivemos a confirmação (circularização) de parte significativa das transações de arrecadação automática de pedágio.



O resultado desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria, no contexto das demonstrações financeiras, e não revelaram inconsistências em relação às práticas contábeis da Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019
 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
 Contador CRC 1RJ056588/O-8